

Trabalho: A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES/AS-FORMADORES/AS EM TEMPOS DE PANDEMIA
Pessoa: ALVES, JOÃO VITOR GOMES
Telefone: (34)9790-5000
Email: jvitorgomes@icloud.com
Grupo de trabalho: CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
Introdução: Este trabalho tem por tema os processos educativos decorrentes da educação continuada com professores/as formadores/as que atuam no âmbito da Casa do Educador Professora Dedê Prais no município de Uberaba/MG. As adversidades decorrentes da necessidade de conter aglomerações fizeram com que as escolas fechassem as portas e se inaugurasse repentinamente o ensino remoto. Dessa forma, conflitos e dilemas se convergiram nesse espectro, o que desencadeou a necessidade de intervenção, com o intuito de acolher e continuar a formação com esses docentes para que a educação pudesse se sustentar e até mesmo se potencializar. Subitamente, discentes e docentes se viram num ineditismo da qual não lhe restavam outra maneira senão a adesão a uma outra ferramenta de comunicação para exercerem a atividade escolar. O objetivo é apresentar os processos educativos inerentes à formação continuada com professores/as formadores/as no contexto do isolamento social nessa perspectiva inédita e urgente que os acometaram. O referencial teórico da pesquisa está atrelado ao campo da educação popular, e mais especificamente da educação continuada e formação permanente.
Métodos: Valendo-se da abordagem qualitativa de pesquisa em educação, com finalidade descritiva, por meio da pesquisa de campo envolvendo a observação participante em roda de conversa, os dados foram coletivamente produzidos e analisados. O registro das observações foi feito em diário de campo que entendemos como o “relato escrito daquilo que o investigador ouve, vê, experiencia e pensa no decurso da recolha e refletindo sobre os dados de um estudo qualitativo”, a partir do que colocam Roberto Bogdan e Sari Biklen (1994, p.150).
Resultados: Os processos educativos decorrentes da educação continuada no contexto investigado foram: empatia, cuidado, solidariedade, escuta-ativa e dialogicidade, constituindo-se num movimento de crítica à educação bancária e em defesa de processos humanizadores. O modelo de educação e seus processos foram alvo de intensos debates, sobressaindo, como resistência, sobretudo a importância da comunicação, do diálogo, do compartilhamento de experiências.
Conclusão: Desse modo, o presente estudo revelou educadores/as em processo de humanização e comprometidos/as com o ato de educar, do qual sabe ser tal processo o sustentáculo da experiência humana em sociedade. Para além do comprometimento teórico e prático, o que vimos foi uma busca incessante pela humanização por meio de uma escuta ainda inicial, mas uma escuta imediata; uma escuta interessada, genuína.
Curso: GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
Palavras-Chave: educação continuada; professores/as formadores/as; isolamento social
Demais autores: NOVAIS, GERCINA SANTANA
Orientadores: SOUZA, TIAGO ZANQUETA DE
Instituição: UNIVERSIDADE DE UBERABA
Subtema: CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
Palavras-chave: educação continuada; professores/as formadores/as; isolamento social
Bolsa: PIBIC - JR CNPQ:

Trabalho: ANÁLISE E APLICAÇÃO DE MÉTODOS HETERODOXOS PRA COMPREENSÃO DO ESPAÇO URBANO

Pessoa: BATISTA, LETÍCIA RAFAELA PEREZ

Telefone: (34)9677-3095

Email: leticiarafaela@edu.uniube.br

Grupo de trabalho: CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Introdução: O plano de pesquisa "O modelo rizomático: por uma cartografia espacial do desejo" se concentra em discutir as contradições geradas pelo planejamento da cidade de Brasília, considerada um marco para a história do planejamento urbano no Brasil, além de discutir a segregação espacial observada desde o início da construção da capital do país. A partir da leitura da Teoria do Rizoma discutida no livro Mil Platôs (1995) pelos filósofos Gilles Deleuze e Félix Guattari, o trabalho discute os processos de territorialização e desterritorialização de Brasília, citada como a cidade-sonho, com as cidades-satélites, chamadas de cidade-fuga, compreendendo e aliando a cartografia espacial às micropolíticas cotidianas, bem como das formas desejanter vinculadas ao espaço da capital e do seu entorno.

Métodos: Para a pesquisa foi utilizado como base metodológica a revisão bibliográfica sobre a Teoria do Rizoma que consistiu no texto de Gilles Deleuze e Félix Guattari "Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia." escrito em 1995. A partir dele foi iniciada a discussão voltada à cidade de Brasília e seu entorno, usando a concepção de Brasília como um exemplo de utopia e complementando a pesquisa com o levantamento documental de revistas disponibilizadas pelo Governo do Distrito Federal. Por fim, foi utilizado o método comparativo entre a Teoria do Rizoma e mapas cartográficos produzidos por Marc Ngui, ex-arquiteto e ilustrador, para aplicar o método rizomático à cidade de Brasília e suas cidades-satélites.

Resultados: A partir da aplicação do método rizomático à cidade de Brasília e seu entorno, foi possível observar que a capital, por ter sido planejada, condiciona os movimentos de territorialização e desterritorialização dos habitantes. Por isso, ao longo do tempo seus cidadãos foram criando linhas de fuga e passando a se concentrar nas cidades-satélites, uma vez que seu poder de desejo e sua liberdade de ir e vir foram privados. Com os materiais e métodos utilizados, observa-se que a cidade de Brasília vai contra o princípio básico de um rizoma por não permitir os movimentos naturais de territorialização e desterritorialização que seus cidadãos deveriam realizar. Além disso, percebe-se que apesar de ter sido usada como exemplo de utopia, Brasília na verdade se faz uma cidade distópica por possuir condições de existência opostas àquelas propostas em sua propaganda, além de sacrificar a liberdade de seus cidadãos, fazendo com eles vão procurar condições melhores de vida nas cidades-satélites, onde podem realizar seus movimentos rizomáticos naturalmente.

Conclusão: Portanto, é possível concluir que enquanto as garantias de existência e a liberdade de movimentação física e social das pessoas forem privadas, mais núcleos de desterritorialização serão encontrados, visto que o rizoma tem a habilidade de se reconstruir a partir de diversas rupturas em um processo constante e contínuo, ou seja, ele nunca para de se dividir e multiplicar.

Curso: GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

Palavras-Chave: teoria do rizoma; Brasília; planejamento urbano

Demais autores: ; ; DOS, GUIMARÃES, CAMILA FERREIRA; SANTOS, THIAGO REIS

Orientadores: FERREIRA, GUIMARÃES, CAMILA

Instituição: UNIVERSIDADE DE UBERABA

Subtema: CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Palavras-chave: teoria do rizoma; Brasília; planejamento urbano

Bolsa: CNPq;

Trabalho: ANÁLISE E APLICAÇÃO DE MÉTODOS HETERODOXOS PARA A COMPREENSÃO DO ESPAÇO URBANO

Pessoa: BRAGANÇA, ÁDLER HENRIQUE OLIVEIRA

Telefone: (34)3316-0307

Email: adlehem@gmail.com

Grupo de trabalho: CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Introdução: Tendo a vista a crítica e as teorias Situacionistas, este estudo busca realizar uma revisão bibliográfica a respeito do tema; experimentar a aplicação de práticas heterodoxas de compreensão do espaço, na cidade de Uberaba, Minas Gerais; tal como ensaiar sobre percepções sensoriais e filosóficas a respeito do espaço posto, e como estas percepções podem apontar caminhos outros para a produção de um meio urbano mais "apaixonante" e significativo à experiência humana.

Métodos: Para tanto, fora escolhido como objeto central da pesquisa, o movimento Internacional Situacionista, suas bases ideológicas, suas ideias e ideais, sua compreensão muito própria a respeito do espaço da cidade e um fruto mais tangível dos seus trabalhos sobre o campo do urbanismo, as Cartografias Sensíveis.

Resultados: Após a revisão bibliográfica e a compreensão da Teoria da Deriva, o pesquisador sai a campo para produzir sua própria cartografia sensível. Registros de seu afeto pelo espaço. A experiência traz a tona uma série de reflexões a respeito do espaço urbano, seus elementos que repelem e acolhem, símbolos presentes em nosso cotidiano, encobertos pelo véu da frivolidade cotidiana.

Conclusão: A ideia de uma Sociedade do Espetáculo, defendida por Guy Debord, nos conta de uma sociedade em que há um apassivamento generalizado dos indivíduos mediante seus próprios rumos e os rumos da coletividade, um indivíduo que é posto no lugar de espectador e mero consumidor dos fatos postos. Os situacionistas pretendiam violar esta passividade, colocando em xeque o uso mercantil, racionalizado, pasteurizado da vida, do tempo e do espaço. Pretendiam, portanto, romper com a espetacularização, ou atomização do indivíduo, que dirigiu a sociedade ao urbanismo moderno. Os situacionistas pretendiam uma unificação entre espaço, vida, jogo e liberdade. Essencialmente, não tinham nada de urbanistas. Em verdade, a noção de Urbanismo Unitário dos situacionistas é, sobretudo, uma crítica ao urbanismo. Entretanto, todas essas práticas situacionistas podem fornecer àqueles que se voltam a pensar o meio urbano, pistas para a concepção de um espaço mais significativo e estimulante para as cidades contemporâneas.

Curso: GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

Palavras-Chave: urbanismo; situacionistas; cartografia sensível

Demais autores:

Orientadores: SANTOS, THIAGO REIS DOS

Instituição: UNIVERSIDADE DE UBERABA

Subtema: CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Palavras-chave: urbanismo; situacionistas; cartografia sensível

Trabalho: NECROPOLÍTICA, RACISMO E PRECONCEITO

Pessoa: BRASILEIRO, MARIA PAULA DUARTE

Telefone: (00)0000-0000

Email: mariapbrasileiro@gmail.com

Grupo de trabalho: CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Introdução: Infelizmente o sistema criminal Brasileiro é fortemente influenciado por uma política de seletividade cada dia mais latente. Política esta construída por matrizes excludentes, as quais permitem o surgimento e o enraizamento cultural de paradigmas e instrumentos segregadores. Fato que causa profunda consternação (ou deveria produzir) é que o próprio Estado atua ativamente na construção deste cenário, quando deveria, de acordo com os limites garantistas existentes no Estado Democrático de Direito, combater tais práticas.

Métodos: O início da pesquisa possuía caráter exploratório, devido a relevância para o desenvolvimento do trabalho o conhecimento de conceitos doutrinários relacionados ao tema proposto. Através deste estudo conceitual foi possível conhecer as relações entre os valores e princípios constitucionais e a estrutura do ordenamento jurídico criminal. Neste cenário a primeira perspectiva foi dada por investigação bibliográfica adequada ao tema e, em especial, ao racismo e à seletividade criminal. Posteriormente, a pesquisa se voltou ao empirismo, através da coleta de dados estatísticos nos órgãos de segurança pública e outros que permitiram fornecer elementos para o estudo.

Resultados: Através dos conceitos trazidos por Achille Mbembe em seu ensaio sobre necropolítica notamos que o biopoder deriva do surgimento do Estado enquanto detentor do poder punitivo, bem como do exercício máximo de sua soberania. Historicamente o Estado deixa de matar seus inimigos, mas os transfere a um modelo de punições que, nas palavras de Foucault (2016) serve para quebrar a alma dos apenados. A necropolítica fica mais evidente quando as estatísticas mostram o percentual de negros inseridos no sistema carcerário. De acordo com a 14ª edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, publicado em 2020 o perfil de indivíduos que sofreram intervenção policial mostra que 71,9% destes são negros. Para além da questão das intervenções, destacamos que a população carcerária negra aumenta a cada ano, representando, também, uma porcentagem maior dentro de todo o universo prisional.

Conclusão: Por fim, foi demonstrado que nosso sistema penal se deixou, ao longo dos anos, se influenciar por critérios de seletividade e preconceitos e hoje o vemos atuar de forma quase ilimitada contra uma minoria de indivíduos. A consideração mais gravosa que podemos fazer é que tais violações ocorrem de forma legitimada. Uma legitimação conferida por um sistema corrompido por valores sociais e políticos distorcidos. Estatisticamente é possível observar a prática, já enraizada, deste modelo. O alicerce que sustenta, entretanto, a justificativa deste estudo é que ele se mostra incompatível com o Estado Democrático de Direito. Este microssistema necropolítico e racializado não coaduna com as lutas históricas por igualdade e liberdade que enfrentamos desde séculos passados. Uma Constituição Federal que dispõe sobre garantismo não pode permitir a existência deste sistema penal seletivo e agressivo contra minorias.

Curso: GRADUAÇÃO EM DIREITO

Palavras-Chave: racismo ; biopoder; garantias

Demais autores: ROSA, MILENA SOUZA

Orientadores: DUARTE, VICTOR HENRIQUE MACHADO

Instituição: UNIVERSIDADE DE UBERABA

Subtema: CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Palavras-chave: racismo ; biopoder; garantias

Bolsa: UNIUBE:

Trabalho: DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA DAS FOTOGRAFIAS DE UBERABA: UM ENSAIO SOBRE MEMÓRIA E ESQUECIMENTO (SÉCULO XIX A 1950)

Pessoa: BUGLIANO, BRUNA EDUARDA LOPES

Telefone: (16)3729-6469

Email: eduardabruna405@gmail.com

Grupo de trabalho: CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Introdução: A Fotografia na Cidade de Uberaba: um ensaio sobre memória e esquecimento, inclui o estudo sobre as fotografias tiradas no século XIX a 1950, e o sentimento por trás delas, bem como procurar entender o momento em que as mesmas foram tiradas, o que o fotógrafo quis passar com aquela captura, observar o que foi retratado e o que ficou de fora. Enxergar tudo isso é entender os grandes momentos, se foi em eventos, ou momentos considerados históricos para a cidade, consequentemente, por meio desses registros, é possível observar a evolução da cidade, é preservar um passado histórico mesmo estando no presente. Através das imagens podemos visualizar, sentir mais próximo de nós, o que aconteceu anteriormente, e se conectar com o nosso passado.

Métodos: A pesquisa foi desenvolvida inteiramente pela internet, devido o momento pandêmico na qual estávamos submetidos. Como não pôde se realizar uma visita no Arquivo Público de Uberaba, presencialmente, foi visitado o site pela internet, na qual foi desenvolvida a pesquisa. Foi usado também materiais bibliográficos e documentários com a temática de fotografia para que pudesse melhor se desenvolver o assunto, chegando a uma conclusão mais acertiva.

Resultados: Diante de todo o material que podia usufruir para realizar tal pesquisa, entendemos a importância da fotografia na cidade, o que ela pode nos mostrar sobre onde vivemos e entender os momentos que transformaram a história da cidade. E entender esses momentos, bem como entender o porquê de uma fotografia, é fazer parte da história, mesmo que tenha acontecido bem antes do nosso nascimento.

Conclusão: Ao longo da pesquisa foi discutido sobre o que ficaria dentro e fora de uma captura, quais momentos deveriam ser considerados a fotografar e quais não, e o por quê. Com todos esses recursos e pesquisas, foi possível realizar a criação de um mapa de fotografias na cidade, de modo a identificar em quais lugares foram feitas algumas imagens, onde se concentra a maioria delas, se foi somente em uma região, ou se essas fotografias se espalharam na por toda a parte, quais regiões eram de interesse dos fotógrafos para se realizar um registro. Sabemos que na época, ter uma câmera, só era possível para a elite, desse modo, entender as regiões que foram fotografadas, seria um grande começo para entender a imagem, o momento, e a cidade, desde que, entendesse também, quem foram esses fotógrafos mais influentes, o que também foi descoberto nessa pesquisa.

Curso: GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

Palavras-Chave: fotografia; memória; cidade

Demais autores:

Orientadores: MORETTI, RODRIGO CAMARGO

Instituição: UNIVERSIDADE DE UBERABA

Subtema: CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Palavras-chave: fotografia; memória; cidade

Bolsa: UNIUBE:

Trabalho: CONSTITUCIONALISMO LATINO AMERICANO: A DINÂMICA PELA EFETIVAÇÃO CONSTITUCIONAL DAS DEMOCRACIAS PLURINACIONAIS
Pessoa: CARVALHO, MARIA EDUARDA DE PAULA
Telefone: (34)3334-0486
Email: mariaeduardacarvalhodp@gmail.com
Grupo de trabalho: CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
Introdução: As novas constituições do da Bolívia e do Equador, promulgadas respectivamente em 2008 e 2009, surgem com um aspecto diferente, priorizando uma pluralidade de representação dos diferentes povos que constituem os Estados. A América do Sul é composta por inúmeros povos e rotular para cada Estado uma única nação se torna impraticável e por isso o "Estado Plurinacional" se torna destaque das constituições desses países.
Métodos: Para que sejam atingidos todos os objetivos do presente projeto, não é suficiente que a pesquisa esteja galgada tão somente no referencial bibliográfico, fazendo-se necessário métodos empíricos a fim de buscar os dados concretos almejados. De modo teórico, a referência será o estudo bibliográfico e na pesquisa de campo, será a interpretação dos fatos encontrados.
Resultados: Após a primeira fase da pesquisa, em que foi constatado a forma como os países se adequaram, solidificaram e constituíram esse pluralismo, o objetivo se torna verificar como estão adequando a prática dessa representatividade nos Estados e como isso influenciará no Brasil, visto que também há uma grande quantidade grupos com carência de representatividade.
Conclusão: O constitucionalismo latino-americano surge para adequar com mais precisão o Estado a sua nação, fazendo com que após muitos anos, a influência nas decisões do país parta de dentro, baseando mais nas características próprias de cada Estado, assim se faz necessário pesquisar a fundo o tema, tendo em vista que a América Latina é composta por uma pluralidade de povos e esse novo aspecto de constituição beneficiária todos os países envolvidos.
Curso: DIREITO
Palavras-Chave: novo constitucionalismo; latino americano; estados plurinacionais
Demais autores: BAITINGA, MARCELO DA SILVA
Orientadores: FALEIROS, THÁISA HABER
Instituição: UNIVERSIDADE DE UBERABA
Subtema: CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
Palavras-chave: novo constitucionalismo; latino americano; estados plurinacionais

Trabalho: PÓS-DEMOCRACIA E CORPO DOCENTE DA UNIUBE/CAMPUS UBERLÂNDIA.
Pessoa: CUNHA, GABRIEL FARIA FERREIRA
Telefone: (34)3223-0541
Email: gffcunha@gmail.com
Grupo de trabalho: CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
Introdução: Manteve-se o estudo ante aos temas que indireta ou diretamente tem relação com a possibilidade da mudança paradigmática do Estado de Direito: Estado Pós-Democrático. Nesse sentido, continuaram as análises do arcabouço científico que o envolve, como a pós-democracia, a razão neoliberal como a mais nova racionalidade e o retrocesso dos Direitos Fundamentais. Logo, neste segundo ano, objetivou-se o aprofundamento dos temas ora analisados no primeiro ano, para que estivessemos mais preparados para elaboração de um artigos científico. Portanto, ressalta-se que a pesquisa permaneceu essencialmente bibliográfica exploratória, mas os temas foram analisados em um contexto mais macro do fatos contemporâneos.
Métodos: A metodologia adotada ao longo deste segundo ano teve cunho primordialmente exploratório com o intuito de continuar a investigação levantada da produção bibliográfica do primeiro ano e analisar qualitativamente a temática. Nesta perspectiva, devido as realidades jurídicas serem atuais, possuindo volatilidade no objeto, a realização da pesquisa foi qualitativa. Além disso, foi realizada uma revisão das literaturas atuais sobre o tema, visto que ele ainda é contemporâneo e precisa de melhor compreensão. Dessa maneira, é necessário uma maior concentração dessa revisão no estado da arte, isto é, fez-se necessário uma análise de toda a produção acadêmica sobre o tema abordado, para coletar as informações necessárias e dar continuidade na pesquisa científica.
Resultados: Levando em consideração que para o primeiro ano de pesquisa foi estipulado como projeto a ambientação ao tema, como principais resultados pode-se destacar as leituras, resumos, fichamentos e discussões com o orientador sobre textos que abordam uma perspectiva crítica acerca do assunto. Ademais, ao longo deste segundo ano, foram feitas as aproximações com o corpo docente da Universidade de Uberaba (UNIUBE), além da divulgação da iniciação, como a presença em alguns congressos, e um investimento para tentar disseminar mais o tema, visto que em cursos superiores as disciplinas estão cada vez mais aligeiradas, como a diminuição de carga horária, entre outros fatores.
Conclusão: Com o aprofundamento da pesquisa foi possível intensificar a análise dos paradigmas do Estado Direito e primordialmente o Estado Pós-Democrático de Direito. Ainda, quanto o Estado Democrático de Direito constituir-se em um modelo em lenta construção no Brasil, vivenciando as situações atuais do país, com violações explícitas à ordem democrática e fundamental da Constituição, a pesquisa reafirmou o entendimento de que é certo que o tema do Estado de Direito e seu vínculo à sociologia, precisa ser melhor compreendido como categoria de análise para que então o Estado Democrático de Direito possa justificar a possibilidade da sua "superação". Dessa forma, conclui-se que a ideia de crise democrática é utilizada apenas para tentar justificar exceções trágicas e reafirmar um Estado que não se estabelece democrático.
Curso: GRADUAÇÃO EM DIREITO
Palavras-Chave: estado pós-democrático de direito; retrocesso dos direitos fund.; projeto de pesquisa
Demais autores:
Orientadores: DIAS, ADELINO JOSE DE CARVALHO
Instituição: UNIVERSIDADE DE UBERABA
Subtema: CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
Palavras-chave: estado pós-democrático de direito; retrocesso dos direitos fund.; projeto de pesquisa
Bolsa: UNIUBE:

Trabalho: A VULNERABILIDADE DOS POVOS INDÍGENAS E O COVID-19

Pessoa: DIAS, NATHALLIA RAPHAELLA

Telefone: (34)3631-3044

Email: nathalliaraphaella@live.com

Grupo de trabalho: CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Introdução: Nas atuais circunstâncias em que a sociedade brasileira se encontra social e economicamente fragilizada, devido a pandemia da COVID-19, as possibilidades de atividades minerárias e garimpeiras ocorrem em territórios indígenas apenas a partir de uma iniciativa do executivo e do legislativo federal expondo ainda mais esses povos, já que com frequência os governantes têm priorizado os interesses do setor mineral em detrimento dos direitos dos povos e das comunidades tradicionais.

Métodos: Foram utilizadas três principais metodologias de pesquisar, primeiramente a metodologia de pesquisa qualitativa é ocupa um reconhecido lugar entre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes; em consequência dessa perspectiva um fenômeno pode ser mais bem compreendido no ambiente em que ocorre e do qual faz parte, devendo ser estudado numa perspectiva integrada, considerando todos os pontos de vista. A pesquisa descritiva é a que descreve uma realidade, com o próprio nome já diz, tem como objetivo principal descrever características de determinada população ou fenômeno ou estabelecimento de relações entre as variáveis. Preocupa-se em observar os fatos, interrogá-los, registrá-los, analisá-los, classificá-los e interpretá-los, sem que o pesquisador interfira neles, assim sendo estudados, mas não manipulados. Já a pesquisa bibliográfica é elaborada a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como os livros, artigos científicos, páginas de web sites; abrange todo material público em relação ao tema. Diante disso, tais metodologias de pesquisa possibilitará a melhor obtenção de dados passíveis de análise, e para a execução dos objetivos estabelecidos para a realização deste tema.

Resultados: Proposto no dia 29 de junho, tendo Articulação dos Povos Indígena do Brasil (APIB), como autora da ação, juntamente com outros 06 (seis) partidos, PSB, REDE, PSOL, PT, PDT e PC do B, que pleiteou ao Governo Federal o acolhimento de medidas para conter os avanços da pandemia do COVID-19 nos territórios indígenas. A ação, arguição por descumprimento de preceito fundamental, é um grito de socorro dos povos indígenas ao Poder Judiciário. Em suma, a organização indígena apela o sagrado direito de existir, de não ser exterminado e busca medidas para evitar o genocídio e etnocídio dos povos indígenas do Brasil.

Conclusão: . Está ADPF parece ser o infeliz caso de uma ação bem ajuizada, com uma atuação jurisdicional que começou caprichosamente impecável, e com o passar do tempo, foi sendo consumida pela burocracia e pela burocratização, tendo em vista que uma das partes mais importante não facilitou a comunicação, por não querer se comprometer e ter que solucionar este caso. Ficando assim sob as margens de competência da Suprema Corte, que tem o direito e dever de continuar conduzindo o feito.

Curso: Direito

Palavras-Chave: indígenas; adpf; covid-19

Demais autores:

Orientadores: FALAIROS, THAISA HABER

Instituição: UNIVERSIDADE DE UBERABA

Subtema: CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Palavras-chave: indígenas; adpf; covid-19

Trabalho: A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA ESFERA POLÍTICO-INSTITUCIONAL E PREMIAÇÕES NA PRODUÇÃO PROJETUAL

Pessoa: EVANGELISTA, BRUNA DE PAULA

Telefone: (34)3313-0797

Email: bruna_dpaula95@hotmail.com

Grupo de trabalho: CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Introdução: Este plano de atividade trata da participação e representação da mulher no panorama político mundial e brasileiro, suas realizações e contribuições. Identifica exemplos de mulheres que se destacam em várias áreas, sua influência no desenvolvimento das cidades, e na equidade de gênero. Traz a perspectiva recente sobre a condição da mulher e excluídos, durante a pandemia do novo coronavírus. Outro tema se refere à função social da cidade e a função social do arquiteto que trata da responsabilidade do arquiteto perante as suas ações, como profissional, ou seja, promover a inclusão social.

Métodos: Reflexão sobre os planos de trabalho anteriores do ano 1 desta pesquisa e a compilação de seus principais resultados; pesquisa documental e bibliográfica sobre as consequências durante o período da pandemia quanto a questão de gênero e da população excluída; pesquisa documental e bibliográfica sobre a função social da cidade e a função social do(a) arquiteto(a). Realização de uma abordagem histórica sobre a representatividade da mulher no panorama político brasileiro, identificando mulheres que se destacam, suas realizações e contribuições. Os exemplos de reconhecimento de premiações das mulheres arquitetas são apontados a partir de pesquisa de premiações de renome. Os resultados são sistematizados em quadros quantitativos e percentuais.

Resultados: A abordagem histórica do sufrágio feminino e a consequência do sistema de cotas para mulheres na eleição brasileira, fez com que mulheres que hoje se destacam em várias áreas, expressassem sua influência no desenvolvimento das cidades e na equidade de gênero. Foi realizado um diagnóstico e sistematizado em um quadro sobre a pandemia do novo coronavírus quanto aos problemas que já ocorriam em relação à desigualdade de gênero. A arquiteta e ativista Ermínia Maricato declara que "Grande parte da nossa população não mora numa moradia projetada por arquitetos e construída por engenheiros... e grande parte da nossa população não faz parte do mercado imobiliário.", ou seja, a função social da cidade e do arquiteto deveriam se mesclar. A participação da mulher arquiteta na produção projetual e construtiva, e seu reconhecimento ocorre em premiações específicas e outras, a exemplo do Prêmio Pritzker.

Conclusão: A inserção de mulher na política é um problema recorrente no âmbito mundial, mas quando as mulheres começarem a compor um ideário e uma pauta de reivindicações, o percentual de mulheres eleitas aumentará, bem como sua influência em prol da equidade de gênero. Para a conquista da equidade é necessária uma ação conjunta entre homens e mulheres para a construção do futuro da sociedade. Quanto ao papel social do arquiteto e a função social da cidade, compreende-se que o profissional deve estar comprometido com a justiça socioespacial e direitos para todos sobre o uso da cidade e de moradia digna.

Curso: GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

Palavras-Chave: representação da mulher arquiteta; desigualdade de gênero; mulheres na política

Demais autores:

Orientadores: EGHRARI, SUSAN

Instituição: UNIVERSIDADE DE UBERABA

Subtema: CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Palavras-chave: representação da mulher arquiteta; desigualdade de gênero; mulheres na política

Trabalho: APROPRIAÇÕES E OCUPAÇÕES NO ESPAÇO PÚBLICO VERSUS O CONSUMO NO/DO ESPAÇO
Pessoa: JULIANI, SOPHIA MARIÁ DURÃO
Telefone: (34)3338-8446
Email: sophiajuliane@hotmail.com
Grupo de trabalho: CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
Introdução: Por meio do projeto “A construção do espaço público em Uberaba: produções e apropriações”, procuramos analisar o território em três eixos: o central, o periférico e o das ocupações espontâneas. Participamos do plano de pesquisa intitulado “Apropriações e ocupações no espaço público versus o consumo no/do espaço”, cujo intuito foi o de entender a dinâmica do espaço público central como um elemento simbólico a partir do uso e do consumo no território, levando em conta aspectos para a formação e consolidação dos espaços públicos. Ressalte-se ainda que a nossa pesquisa faz parte do Laboratório de Estudos Territoriais (LET), grupo de pesquisa que visa analisar e correlacionar o papel do território enquanto elemento de integração socioespacial.
Métodos: Partimos de um estudo teórico sobre a Teoria do Rizoma proposta por Deleuze & Guattari. Além da bibliografia elementar, recorreremos à leituras complementares que nos auxiliassem a decodificar a complexidade da Teoria. Em uma perspectiva prática, tentamos nos apropriar do método rizomático de interpretação da realidade. De modo complementar, foram utilizados métodos qualitativos de investigação do espaço urbano: entrevistas semiestruturadas e registros visuais (fotografias). Após a coleta de dados, estabeleceu-se uma cartografia sensível, formulada através de uma pesquisa de campo da população focada nos vendedores ambulantes na cidade de Uberaba.
Resultados: Ao adotarmos o ponto de vista rizomático para cartografar a realidade, recusamos a premissa de que a cidade é “habitada”, ademais, cabe ressaltar que o processo de desterritorialização e nomadização não possui, a priori, aspectos positivos e/ou negativos. Demonstra sobretudo a maneira como o desejo infiltra-se no espaço, seja para (I) resignificá-lo, (II) seja para manter-se vivo, numa perspectiva da própria sobrevivência. Em relação aos vendedores ambulantes, diante da informalidade presente e crescente no quadro social brasileiro contemporâneo, a pesquisa evidenciou sobretudo o último aspecto, isto é, o da sobrevivência na apropriação do espaço público que, por vias legais e ilegais, em meio a várias disputas, força os indivíduos a percorrerem o território de modo maleável.
Conclusão: Como Deleuze & Guattari afirmam, o Rizoma é uma proposta de pensamento em que cria alguns territórios, rompe com outros e apropria de espaços, assim, ele necessita ser aberto para a propagação do desejo e para geração de novas multiplicidades. Uma vez que se caracteriza por uma produção do inconsciente, os vendedores ambulantes, configuram o território e mapeiam a cidade por meio de uma cartografia sensível. Dessa forma, podemos concluir que como o rizoma, os vendedores ambulantes traçam os próprios caminhos mediante seus desejos, muitas das vezes criando diferentes percursos e territórios para serem aceitos e vistos nas cidades. A segregação espacial ainda está presente e ativa na vida dessas pessoas que atravessam obstáculos para plantarem melhores oportunidades para suas famílias.
Curso: GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
Palavras-Chave: rizoma; território; cartografia sensível
Demais autores:
Orientadores: SANTOS, THIAGO REIS DOS
Instituição: UNIVERSIDADE DE UBERABA
Subtema: CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
Palavras-chave: rizoma; território; cartografia sensível

Trabalho: PÓS-DEMOCRACIA E CORPO DISCENTE DA UNIUBE/CAMPUS UBERLÂNDIA
Pessoa: LEME, ALINE MONTEIRO PAES
Telefone: (34)3229-1206
Email: ali.paesleme@gmail.com
Grupo de trabalho: CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
Introdução: Este trabalho está em seu segundo ano de andamento, em que foram realizados estudos das obras que referenciam o que indireta ou diretamente tem relação com a possibilidade da mudança paradigmática do Estado de Direito: Estado Pós-Democrático: pós-democracia, a razão neoliberal como a mais nova racionalidade e o retrocesso dos Direitos Fundamentais. Entretanto, tentamos disseminar um pouco mais o referencial para o corpo de alunos da Universidade de Uberaba e, também, fora dela. Ressalta-se que a pesquisa permaneceu com o aprofundamento bibliográfico, mas os temas foram analisados em um contexto mais prático.
Métodos: A considerar as oportunidades que tivemos de trazer o conteúdo bibliográfico para divulgação do tema, a metodologia adotada ao longo deste segundo ano não teve apenas cunho exploratório com o intuito de continuar a investigação levantada da produção bibliográfica do primeiro ano, mas por meio dos seminários e reuniões apresentadas, dentro da realidade possível, revisou-se, de uma forma dinâmica e prática, as literaturas atuais sobre o tema, o que permitiu uma compreensão para além do grupo da pesquisa.
Resultados: Para os resultados, já que o primeiro ano de pesquisa foi estipulado como projeto a ambientação ao tema, este foi abordados de forma mais experimental, com as aproximações com o corpo docente da Universidade de Uberaba (UNIUBE), até mesmo na profundidade do conhecimento médio, da percepção acerca da chamada pós-democracia e suas características. Além da participação em encontros e congressos como o CONIC, ao qual, inclusive, pretendemos realizar novamente neste ano, EPEDUC e ENUCON.
Conclusão: É perceptível a importância do tema e principalmente com o aprofundamento da pesquisa foi possível intensificar a análise dos paradigmas do Estado Direito e primordialmente o Estado Pós-Democrático de Direito. Não obstante, o nosso tema e a discussão dele com a comunidade ampliou o estudo ainda mais, de que a ideia de crise democrática é utilizada apenas para tentar justificar exceções trágicas e reafirmar um Estado que não se estabelece democrático. É notório que o tema do Estado de Direito e seu vínculo à sociologia precisam ser melhor compreendidos como categoria de análise para que então o Estado Democrático de Direito possa justificar a possibilidade da sua "superação". Ainda, para além, compreender a importância de Pesquisas Científicas, de uma forma geral, para o curso superior e, sem dúvidas, agrega valor ao aprendizado de orientandos que fazem parte dela ativamente e a toda a comunidade que também se beneficia com o saber. A redução da carga horária de disciplinas e, claro, a perda de muitas iniciações foi um marco muito negativo para este ano.
Curso: GRADUAÇÃO EM DIREITO
Palavras-Chave: estado pós-democrático de direito; retrocesso dos direitos fund.; projeto de pesquisa
Demais autores: CUNHA, GABRIEL FARIA FERREIRA
Orientadores: DIAS, ADELINO JOSE DE CARVALHO
Instituição: UNIVERSIDADE DE UBERABA
Subtema: CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
Palavras-chave: estado pós-democrático de direito; retrocesso dos direitos fund.; projeto de pesquisa
Bolsa: UNIUBE:

Trabalho: A JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO E O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: AVANÇOS E RECUOS NA EFETIVAÇÃO AO DIREITO À MEMÓRIA E À VERDADE

Pessoa: NAVES, LUCAS SAMUEL DE MENESES

Telefone: (34)3661-3055

Email: lucassamuelnaves@hotmail.com

Grupo de trabalho: CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Introdução: A pesquisa em questão foi dividida em dois momentos, o primeiro com a finalidade de analisar a função da Justiça de Transição e a sua importância na construção do paradigma de um Estado Democrático de Direito, já que esse projeto de Estado não foi devidamente consolidado, principalmente, em razão da fragilidade do processo de transição de um regime autoritário para um regime democrático. E o segundo momento, com o escopo de aprofundar a pesquisa sobre a reparação das vítimas atingidas pelo regime autoritário e evidenciar a necessidade da busca pela verdade e a construção da memória em relação a este período, com a pretensão de elaborar um artigo científico sobre tal vertente do tema. Dessa forma, fez-se necessário continuar a pesquisa científica sobre as características da Justiça de Transição e as formas de efetivá-la, bem como os paradigmas de Estado, o contexto brasileiro no tocante a esse âmbito e as concepções sociológicas e filosóficas a esse respeito.

Métodos: Em sede de iniciação científica desenvolvida na instituição, o segundo momento da pesquisa se sustenta, também, em contribuições teóricas voltadas para a área, amparando-se, para tanto, em autores do Direito, da História, da Filosofia, da Sociologia e de outras ciências sociais que contribuem para a temática, realizando revisão de literatura e com intenção de se caracterizar como bibliográfica e de abordagem qualitativa. Vale-se também dos estudos de historiadores que se dedicaram à análise das características do Brasil e dos demais países latino-americanos no contexto da pós-ditadura, a fim de se realizar uma análise comparativa e compreender a realidade brasileira nesse tocante.

Resultados: Foram desenvolvidos fichamentos, resumos, análises das obras relacionadas à temática da pesquisa, participação em eventos e palestras. Além disso, considerando que o tema é pouco discutido nos ambientes escolares e não escolares, e que o estudo que se realiza tem potencial para fortalecer o processo educativo de feição mais emancipadora, foram utilizados os ambientes acadêmicos, como o I Encontro Uniube de Conhecimento, XI Encontro de Pesquisa em Educação, o 21º Congresso Nacional de Iniciação Científica e o XXII Seminário de Iniciação Científica, para divulgar a pesquisa e desenvolver debates e reflexões sobre a importância do assunto.

Conclusão: Ao decorrer da pesquisa foi possível perceber que o desenvolvimento da Justiça de Transição no Brasil precisa de melhor compreensão no país por parte daqueles que se encontram tanto em espaços escolares quanto em espaços não escolares. Isso se deve principalmente ao fato de o tema em questão ser envolto de preconceitos, justamente por ser uma temática viva, repleta de memórias e sentimentos latentes, que existe interesse de luta, busca pela memória e pela verdade. Portanto, é de suma importância que ele seja tratado por meio de metodologia científica, com a realização de investigação crítica e aproximando a temática para o âmbito acadêmico.

Curso: GRADUAÇÃO EM DIREITO

Palavras-Chave: justiça de transição;; estado democrático de direito;; direito à memória e à verdade.

Demais autores:

Orientadores: DIAS, ADELINO JOSE DE CARVALHO

Instituição: UNIVERSIDADE DE UBERABA

Subtema: CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Palavras-chave: justiça de transição;; estado democrático de direito;; direito à memória e à verdade.

Trabalho: E-DEMOCRACIA E A PRIVACIDADE NO SÉCULO DA TECNOLOGIA
Pessoa: OLIVEIRA, GABRIEL RIBEIRO DE
Telefone: (34)9969-6228
Email: gabrielgrdo@outlook.com.br
Grupo de trabalho: CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
Introdução: A Internet tem o poder de melhorar a democracia de uma forma única, chamada e-democracia. No entanto, existem muitos problemas que podem ocorrer ao usar processos e sistemas digitais, que são: a divisão entre ricos e pobres, falta de identidade, falta de representação, incapacidade de processar grandes quantidades de informações e manipulação dos usuários. A Internet das Coisas, tecnologias blockchain, inteligência artificial e robótica estão desenvolvendo novas maneiras de apoiar a transformação digital. Essas tecnologias estão se desenvolvendo tão rapidamente que um novo ambiente digital está surgindo, com perspectivas muito promissoras, mas também levantando preocupações sobre as liberdades individuais e a própria democracia.
Métodos: Ao iniciar uma pesquisa, os pesquisadores decidiram sobre questões relativas à amostra, sua seleção e o instrumento de pesquisa. Considerando que o número da potencial de pesquisa de banco de dados é grande, foi selecionado algumas palavras-chaves para refinar: Tecnocracia", "privacidade", "democracia", "democracia digital", "inteligência artificial" e "proteção de dados". Como amostra foi selecionada usando amostragem de disponibilidade com base nos artigos. Em outras palavras, a amostra dos artigos, selecionou-se 20 artigos, considerando um recorte temporal de 2016 a 2022. Os artigos e livros foram pesquisados em uma base de dados internacional, não permitindo generalização com base nesses artigos. No entanto, os resultados podem mostrar tendências futuras que podem ser exploradas em pesquisas futuras.
Resultados: Considerando o contexto democrático moderno, esses problemas estão enraizados no aspecto técnico da inovação, mas também afetam os procedimentos organizacionais, crenças culturais, legalidades e economia. Essas questões não devem ser ignoradas em um ambiente político. No caso da E-Democracia, cientistas sociais tentam determinar quais são os objetivos que todas as leis e normas de proteção de dados estão tentando alcançar.
Conclusão: A privacidade é considerada um princípio apropriado para basear a criação de normas da era da informação, porque essas normas devem funcionar em diferentes culturas e países, bem como em diferentes grupos sociais. O sistema deve considerar um conjunto crescente de questões relacionadas à infraestrutura geral e ao ambiente das sociedades baseadas em tecnologia de hoje. A revolução da informação está causando cada vez mais questões jurídicas para as quais não há um consenso entre os especialistas técnicos e juristas.
Curso: GRADUAÇÃO EM DIREITO
Palavras-Chave: e-democracy. ; data protection; privacy
Demais autores:
Orientadores: SANTOS, SAVIO GONCALVES DOS
Instituição: UNIVERSIDADE DE UBERABA
Subtema: CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
Palavras-chave: e-democracy. ; data protection; privacy
Bolsa: UNIUBE:

Trabalho: O ESPAÇO PÚBLICO CENTRAL: ELEMENTO DE INTEGRAÇÃO SOCIOESPACIAL

Pessoa: OLIVEIRA, HILARY ALVES DE

Telefone: (39)9932-7795

Email: hilaryalvs@gmail.com

Grupo de trabalho: CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Introdução: Ao se estudar uma cidade, o espaço público se apresenta como parte essencial da urbanização. Dessa forma, a pesquisa tem como objetivo analisar os processos de conformação, apropriação e integração do espaço público no contexto espacial central na cidade de Uberaba. Apesar de sua importância histórica para a cidade, a praça passou por diversos momentos de reestruturação de seu desenho e como espaço público, juntamente com as características arquitetônicas das edificações em seu entorno, outro aspecto importante para a arquitetura da cidade. Desse modo, todos esses aspectos contribuem para a mudança de significado desse espaço público e da memória dos habitantes da cidade com o espaço central e originário.

Métodos: O método consiste em pesquisa de campo e análise de dados, utilizando fotos, registros históricos, mapas satélites e entrevista por formulário.

Resultados: É analisado como ocorre a conformação das praças na cidade de Uberaba, direcionando o estudo para o espaço público central da cidade, identificando o histórico de modificações na área e aplicando uma pesquisa aos habitantes para a identificação da memória relacionada às praças. A fim de identificar a potencialidade da praça Rui Barbosa nesse aspecto, considerando os usos da praça, de seu entorno e as mudanças ao longo do tempo que podem ter impactado na relação entre os habitantes e a praça.

Conclusão: É discutido como a intensidade em que a praça Rui Barbosa é utilizada está relacionada com sua conformação e o modo como é apropriada, impactando na identidade como espaço central da cidade, enquanto a memória relacionada ao espaço público se torna mais presente por parte das praças e parques que permitem diferentes tipos de usos e das relações com o espaço inserido. Sendo assim levantada a hipótese de que os usos e as mudanças na praça Rui Barbosa e no seu entorno no decorrer do tempo impactam no significado que ela possui para os habitantes.

Curso: GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

Palavras-Chave: espaço público; centro; praças

Demais autores:

Orientadores: GUIMARAES, CAMILA FERREIRA

Instituição: UNIVERSIDADE DE UBERABA

Subtema: CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Palavras-chave: espaço público; centro; praças

Trabalho: DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA DAS IMAGENS FOTOGRÁFICAS NOS PERIÓDICOS DE UBERABA: ASSUNTOS (IM)PUBLICÁVEIS (1880 A 1950)

Pessoa: RESENDE, BIANCA CARNEIRO

Telefone: (34)3314-1302

Email: biancaresende2101@gmail.com

Grupo de trabalho: CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Introdução: Considerando a fotografia como registro da narrativa histórica, o objetivo era analisar e investigar não só a história contada, mas também a falta de determinadas imagens e assuntos, considerados na época como impúblicáveis, durante os séculos 19 e 20.

Métodos: Para isso, foram utilizados diversos textos e livros, além de visitas ao Arquivo Público de Uberaba para estudo de seu acervo. Autores como Susan Sontag e Walter Benjamin, além do livro uberabense "Terra Madrasta" estão inclusos.

Resultados: Ao final da pesquisa, havia mais questionamentos do que respostas, e uma certeza: há pouquíssimos registros disponíveis e os que existem são de difícil acesso, principalmente por conta da burocracia, ou estão escondidas das vistas de todos, sendo pouco divulgados.

Conclusão: Uma fotografia é, portanto, um momento, uma perspectiva e uma verdade, entre muitas outras. Assim, é preciso questionar a história e entender que há realidades que são vistas e há realidades que permanecem, e talvez sempre irão permanecer, invisíveis aos olhos da maioria.

Curso: GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

Palavras-Chave: fotografia; narrativa histórica; séculos 19 e 20

Demais autores:

Orientadores: SANTOS, THIAGO REIS DOS

Instituição: UNIVERSIDADE DE UBERABA

Subtema: CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Palavras-chave: fotografia; narrativa histórica; séculos 19 e 20

Trabalho: SELETIVIDADE, ETIQUETAMENTO E RACIALIZAÇÃO DO SISTEMA CRIMINAL

Pessoa: ROSA, MILENA SOUZA

Telefone: (34)9207-4063

Email: mlsrosa@outlook.com

Grupo de trabalho: CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Introdução: Nos dias de hoje percebemos fenômenos sociais que levam à segregação do indivíduo ou de um grupo de indivíduos por diversos motivos, dentre eles questões relacionadas ao preconceito e à não aceitação da heterogeneidade que existe, mas é por muitos ignorada. O Direito, enquanto regulador das aflições sociais encontra-se atrasado e defasado em relação à tutela dos vulneráveis. Notamos isto com o período manicomial vivido nas décadas de 60, 70 e 80, cujas angústias são latentes até os dias atuais. O presente trabalho visa expor que ainda convivemos com o infeliz rótulo da segregação social daqueles que são tidos como, chamados por Foucault, anormais.

Métodos: A descrição dos métodos da presente pesquisa se divide em quatro partes: (i) Descrição do objeto: a luta antimanicomial é marco histórico no combate à segregação e preconceito relacionados aos vulneráveis sociais. Por este motivo, o presente trabalho visa estudar este movimento, como plano de fundo, sob a perspectiva das marginalizações construídas por ideias distorcidas sobre os conceitos de normal e anormal; (ii) Método de pesquisa: a presente pesquisa se concentrou em leituras específicas (revisão bibliográfica) sobre a problemática identificada (Autores como Foucault, Salo de Carvalho, Evandro Piza e Daniela Arbex) e estatística (anuário de segurança pública, índices de criminalidade urbana, etc) e buscou sistematizar conhecimentos teóricos (sociais, filosóficos, psicológicos e jurídicos) sobre o fenômeno da segregação e do preconceito; (iii) Procedimentos de pesquisa: primeiro identificou-se livros e autores que possuem pesquisas e trabalhos relacionados à problemática para, posteriormente, realizar-se as leituras e fichamentos, bem como confecção de papers, artigos e apresentações (grupos de estudos e participação e aulas); (iv) Análise de materiais: os principais materiais usados na presente pesquisa foram artigos, livros, documentários e experiência empírica em sala de aula.

Resultados: Podemos dividir o resultado da pesquisa em três grupos: (i) O problema da segregação social é pouco discutido em suas raízes e, muitas das vezes, o operador/conhecedor do direito resume o enfrentamento do problema à mera edição de leis incriminadoras, sem a verdadeira preocupação com a etiologia do fenômeno; (ii) o combate à segregação deve passar por uma alteração cultural/estrutural da sociedade; (iii) apenas o Estado é identificado como responsável pela problemática da segregação, mas esta se trata de verdadeira anomia (referencial em Durkheim) que denuncia o atual contexto social.

Conclusão: Foi possível observar que o problema da segregação acontece não só nos âmbitos divulgáveis (mídia principalmente), mas é fenômeno que ocorre no subterrâneo da sociedade e emerge seus efeitos causando aflições variadas na dinâmica social. Problemas como crimes de ódio, violências e ameaças e o próprio preconceito são reflexos de uma cultura do preconceito que necessita de combate, não só das instituições formais, como também das informais.

Curso: GRADUAÇÃO EM DIREITO

Palavras-Chave: anormais; segregação; preconceito

Demais autores: ; ROSA, MILENA SOUZA; BRASILEIRO, MARIA PAULA DUARTE

Orientadores: DUARTE, VICTOR HENRIQUE MACHADO

Instituição: UNIVERSIDADE DE UBERABA

Subtema: CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Palavras-chave: anormais; segregação; preconceito

Trabalho: ÉTICA, DIREITO E DIGNIDADE HUMANA: A POLÍTICA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Pessoa: SANTOS, MICHELLE PRUDÊNCIO

Telefone: (34)9834-6876

Email: michellesantospru@edu.uniube.br

Grupo de trabalho: CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Introdução: Os avanços na biotecnologia têm muitas implicações e riscos, bons e ruins. Este artigo discute algumas das questões-chave da bioética (a ciência da bioética), além de fornecer uma visão geral de alguns desenvolvimentos promissores e possíveis problemas relacionados à transmissão de dados pessoais sem restrições, em um país onde as leis não são rigorosamente aplicadas.

Métodos: Como metodologia utilizada, baseou-se na busca de artigos científico, livros, leis e tratados internacionais sobre o tema. No que toca a seleção de estudos, teve como banco de dados acadêmicos o SciELO, Google Acadêmico e Capes. Não houve delimitação de parâmetro temporal para a análise dos artigos, selecionando e filtrando com base nos resumos e palavras chaves do artigos indexados. Se aplicou o método indutiva e análise bibliográfica.

Resultados: busca-se fornecer uma visão geral de algumas questões-chave relacionadas à biotecnologia, em vez de mergulhar profundamente no tópico da bioética. O que é considerado moralmente aceitável pode mudar com o tempo, e as leis também podem mudar. Em vez de explicar a bioética em profundidade, o foco deste artigo é dar uma visão geral de algumas questões-chave que cercam a biotecnologia.

Conclusão: Muitas questões já são decididas pelo que o público pensa, ou quais são as leis atuais, então não há necessidade de esconder nossas próprias opiniões. Nossas opiniões são óbvias muitas vezes.

Curso: GRADUAÇÃO EM DIREITO

Palavras-Chave: biotecnologia; dados pessoais; princípio da dignidade humana

Demais autores:

Orientadores: SANTOS, SAVIO GONCALVES DOS

Instituição: UNIVERSIDADE DE UBERABA

Subtema: CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Palavras-chave: biotecnologia; dados pessoais; princípio da dignidade humana

Trabalho: IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS INCLUSIVAS

Pessoa: SANTOS, PABLO HENRIQUE RIBEIRO DOS

Telefone: (34)3316-4155

Email: pabloribeirosantos@outlook.com

Grupo de trabalho: CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Introdução: Este trabalho é fruto de realização de pesquisa que trata dos seguintes temas: moradia, mobilidade urbana, serviços básicos, espaços públicos e acessibilidade econômica em relação à perspectiva de gênero. Os objetivos desse plano incluem: apresentação de um quadro de documentos, agendas políticas e marcos regulatórios quanto a questão de gênero no panorama internacional e nacional, identificação de políticas públicas inclusivas a nível mundial quanto ao enfrentamento dos problemas urbanos, exemplos de políticas públicas inclusivas ou ações promovidas no Brasil, bem como apontar a atuação de coletivos femininos, comissões de gênero, associações, ativismo feminino, dentre outros.

Métodos: A partir dos planos de atividade 1 e 2, do ano 1 desta pesquisa foram compilados seus principais resultados de forma a dar sequência à pesquisa no que se refere a conceitos, mecanismos e implementação de políticas públicas, e governança urbana. Procedeu-se a uma revisão bibliográfica e a compilação de textos sobre políticas públicas e governança, além de reflexões sobre justiça socioespacial. A partir disso, iniciou-se a sistematização do diagnóstico com a pesquisa de documentos que tratam de agendas políticas e marcos regulatórios quanto a questão de gênero no panorama internacional e nacional.

Resultados: Como resultados temos a elaboração de um quadro que apresenta documentos referentes a agendas políticas e marcos regulatórios quanto à questão de gênero no panorama internacional e nacional. Foram identificados exemplos de políticas públicas inclusivas quanto ao enfrentamento dos problemas urbanos: direitos à moradia e políticas fundiárias e segurança de posse. Alguns exemplos de ações promovidas no Brasil foram analisadas, como exemplo, em Belo Horizonte, a patrulha contra assédio sexual, com o intuito de atuar em estações de ônibus e no metrô. E finalmente foram identificados coletivos femininos, atuação de comissões de gênero e ativismo feminino e suas contribuições para a implementação de políticas públicas inclusivas no Brasil.

Conclusão: Conclui-se que há vários desafios ao se relacionar gênero e o processo de planejamento urbano e governança, junto à participação e ação da mulher, principalmente quanto ao acesso do espaço público e aos recursos da cidade, como serviços e acessibilidade econômica. Na ausência de um planejamento urbano sensível à equidade de gênero, o acesso a serviços para as mulheres podem ser restritos pelo acesso limitado à terra e a moradias populares, devido a restrições legais e culturais discriminatórias, doenças devido à falta de serviços básicos adequados e mobilidade limitada por problemas de segurança e aos custos incorridos no uso do transporte público. Ao se identificar e analisar exemplos de políticas públicas inclusivas, apontando os canais de participação, bem como elementos de concertação pública, podemos observar que houve um considerável avanço que dá a oportunidade de maior participação e discussões sobre questões de gênero.

Curso: GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

Palavras-Chave: política de gênero; participação feminina; direito das mulheres

Demais autores:

Orientadores: EHRARI, SUSAN

Instituição: UNIVERSIDADE DE UBERABA

Subtema: CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Palavras-chave: política de gênero; participação feminina; direito das mulheres

Bolsa: CNPq:

Trabalho: OPERAÇÕES POLICIAIS NAS FAVELAS DURANTE A PANDEMIA: ANÁLISE DA MEDIDA CAUTELAR NA ADPF 635
Pessoa: SILVA, ANA CAROLINA SANTANA
Telefone: (77)9917-9376
Email: carol.santana11@hotmail.com
Grupo de trabalho: CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
Introdução: O Fórum Brasileiro de Segurança Pública publicou no ano de 2021 um estudo relacionado à taxa de homicídios e mortes violentas por causas indeterminadas, sendo que o levantamento destes dados ocorreu entre os anos de 2018 e 2019. Foi noticiado que o Rio de Janeiro é o Estado que registrou o maior crescimento do número de mortes violentas (cerca de 232%). Ainda em relação a essas mortes, outro dado preocupante relaciona-se com aquelas decorrentes de intervenção policial no Brasil. No entanto, várias vítimas são cidadãos inocentes que não fazem parte do conflito, ao passo, que acabam ficando no meio do fogo cruzado por residirem nas comunidades que são alvos de operações militares que visam neutralizar o crime organizado no Estado. Visando amenizar mortes de inocentes, o Partido Socialista Brasileiro (PSB) impetrou Arguição de Descumprimento de Preceitos Fundamentais (ADPF) com pedido de liminar44, que recebeu o nº 635 e ficou conhecida popularmente como "ADPF das Favelas".
Métodos: PESQUISA E ANÁLISE DOCUMENTAL: ABREU, Ricardo. RJ teve 1,3 mil PMs afastados por problemas psicológicos em 2018. Rio de Janeiro: Globo News, 2019. BARROSO, L. R. O controle de constitucionalidade no direito brasileiro. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. E-book. (fls. 492-494). BETIM Felipe. Sob Witzel, policiais já respondem por quase metade de mortes violentas na região metropolitana do Rio. São Paulo: El Brasil, 2019. BRASIL, Atlas da Violência. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: Acesso em maio de 2022. BRASIL. Lei de nº 9.882/99. Dispõe sobre o processo e julgamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental, nos termos do § 1o do art. 102 da Constituição Federal.
Resultados: O presente trabalho realizou uma análise da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 635, que foi ingressada pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), alegando que o estado do Rio de Janeiro estaria violando direitos e preceitos fundamentais. Os principais argumentos: inépcia da petição inicial, inexistência de omissão por parte do estado e não preenchimento da subsidiariedade. O Ministro Edson Fachin, relator, deferiu a medida cautelar e determinou que não se realizasse operações policiais durante a pandemia do COVID-19 em comunidades Fluminenses e caso fossem realizadas deveriam seguir protocolos devendo ainda constar no Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO).
Conclusão: A ADPF fora proposta com uma perspectiva relevante, visto que o STF foi provocado para analisar a situação vivenciada no estado do Rio de Janeiro e proferir um posicionamento capaz de provocar impactos na política de segurança pública. A intervenção do STF deixou explícito que é necessário garantir preceitos fundamentais da população que vive em comunidades, pois são os mais afetados pelas operações realizadas pelos agentes de segurança pública.
Curso: Direito
Palavras-Chave: operações policiais; segurança pública; pandemia
Demais autores: SILVA, ELEN CRISTINA FRANCO REIS; LIMA, LUCAS FERREIRA MAZETE; CARMO, RAFAELA RAMOS DO; RIBEIRO, TALES FUGEIRO; SILVA, VICTOR HUGO CÂNDIDO DA
Orientadores: FALEIROS, THÁISA HABER
Instituição: UNIUBE
Subtema: CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
Palavras-chave: operações policiais; segurança pública; pandemia

Trabalho: PLANEJAMENTO - O OLHAR DE GÊNERO SOBRE A CIDADE
Pessoa: SILVA, ARTHUR STERER
Telefone: (34)3317-5921
Email: arthur_sterer121@hotmail.com
Grupo de trabalho: CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
Introdução: O plano de atividade "Planejamento: o olhar de gênero sobre a cidade" aborda a necessidade de um olhar para o gênero no planejamento da cidade. Faz-se necessário ampliar o debate das mulheres para a cidade, o que ocorre desde a violência contra a mulher em espaços públicos, a falta de cidades seguras para mulheres inclusive saúde pública para todos. Planeja-se uma cidade centrada nas pessoas trazendo uma nova perspectiva em que as pessoas são o foco de qualquer planejamento. O plano visa rever algumas discussões dos planos de trabalho 1 e 2, do ano 1 desta pesquisa, relacionar os elementos referentes às 5 ações da ONU-Habitat para cidades mais inclusivas e seguras; identificar as questões que constituem a Cidade do Cuidado, centrada nas pessoas; apontar exemplos de casos sobre a implementação de soluções ao desenho urbano em cidades, sob a perspectiva de gênero, com foco na América Latina.
Métodos: Elaboração de um diagnóstico sobre as 5 ações da ONU-Habitat que ajudam a tornar as cidades mais seguras e inclusivas e revisão bibliográfica do tema de planejamento urbano centrado nas pessoas. Em seguida a busca de exemplos de casos sobre a implementação de soluções do desenho urbano, sob a perspectiva de gênero, elaborando um mapa de relacionamentos: identificando o local, contexto, ano da implementação, parcerias no planejamento e implementação, mecanismos de implementação, em qual segmento do planejamento urbano foi implementado, e as soluções de desenho urbano apresentadas. Inclusão de material iconográfico destas soluções urbanas por meio de fotos, plantas, perspectivas e croquis.
Resultados: Dentre as 5 ações propostas pela ONU-Habitat e realizadas no Brasil estão: Inclusão Social, Moradia Adequada e Uso Misto do Solo, Resiliência Urbana, Espaços Públicos e Mobilidade Urbana. Estas ações englobam a realidade de desigualdades econômicas e sociais e mostram a falta de acesso à serviços, infraestrutura precária, falta de oportunidades econômicas bem como transporte para todos, habitação digna, e meio ambiente saudável. O governo da cidade de Buenos Aires aponta para diretrizes em que os espaços públicos são aqueles que permitem a mobilidade pela cidade e projetá-los a partir de uma perspectiva de gênero nos leva a pensar uma lógica que aponta para a fruição e apropriação de todos os habitantes.
Conclusão: Busca gerar um sentimento de pertencimento para expressar sua natureza coletiva e pública. Algumas soluções no desenho urbano se exemplificam através de fachada ativa visando o percurso da mulher, que não se resume a casa/trabalho o uso misto do espaço provocando uma maior dinamização e locais mais vivos. Como a urbanização é pensada considerando as necessidades específicas da mulher e na verdade de todos. A participação da mulher no processo decisório é essencial para melhorar o desenvolvimento das cidades, tornando-as inclusivas integrando a questão de gênero ao planejamento urbano.
Curso: GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
Palavras-Chave: onu habitat; genero e cidade; mulher na cidade
Demais autores:
Orientadores: EGHRARI, SUSAN
Instituição: UNIVERSIDADE DE UBERABA
Subtema: CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
Palavras-chave: onu habitat; genero e cidade; mulher na cidade

Trabalho: A DECISÃO DO STF SOBRE A CONSTITUCIONALIDADE DA VACINAÇÃO OBRIGATÓRIA
Pessoa: SOUSA, MARIA GABRIELLY DE
Telefone: (34)3522-0148
Email: maria_gabrielly98@hotmail.com
Grupo de trabalho: CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
Introdução: A vida é um direito fundamental assegurado pela atual Constituição Federal, assim como a liberdade, à igualdade, à segurança e a propriedade. Embora esses preceitos essenciais sejam garantias constitucionais, não é raro haver colisão entre dois ou mais deles. É o que a população brasileira presenciou com a propagação do SARS-CoV-2 (novo coronavírus) que desencadeou uma pandemia entre os anos de 2020 até a atualidade. Como se sabe, após meses de infecções e mortes em massa vacinas foram descobertas e disponibilizadas para as populações. É cediço que o surgimento de vacinas capazes de impedir a infecção ou seus efeitos letais foi a maior de todas as conquistas. Importante ressaltar que cientistas de todos os continentes trabalharam de forma contínua com um único propósito: entregar a população mundial imunógenos eficientes e seguros. Contudo, há um grupo de pessoas que se contrapõem por diferentes motivos. Entre esses, há o movimento antivacinação, os movimentos anti científicos, o veganismo e a religião. Dessa forma, o atual artigo pretende identificar os argumentos utilizados por esses grupos contrários a vacinação compulsória e sistêmica da população contra o novo coronavírus.
Métodos: Para obter as respostas e possíveis soluções acerca da problematização apresentada neste trabalho, foi feito o estudo e análise investigativa sobre o entendimento do Supremo Tribunal Federal com relação ao tema, com atenção especial para a Ação Direta de Inconstitucionalidade número 6.586, a fim de entender e delimitar as argumentações e fundamentações elencadas pela Suprema Corte.
Resultados: Os resultados da pesquisa se pautaram na observância das fundamentações trazidas no Acórdão proferido no Superior Tribunal Federal, no qual o relator Ricardo Lewandowski juntamente com outros onze ministros do supremo debateram exaustivamente acerca da constitucionalidade e interpretação do artigo 3º, III, d, da Lei 13.979/2020. Dentre diversos argumentos, restou fixado o entendimento de que tanto a União quanto os Estados e Municípios podem legislar sobre a compulsoriedade da vacinação. Por fim, em caso de negativa da União, a Constituição Federal estabelece o dever de agir dos Estados, e seu compromisso em atender a população, de maneira que esta se encontre sempre muito bem amparada.
Conclusão: Em suma, concluiu-se que os Estados devem se manter vigilantes, pois, diante de uma clara omissão por parte da União, cabe a estes atender as peculiaridades de seu território, não podendo a população ser desamparada pela inércia do Poder Público. Os Ministros debateram acerca da necessidade de ponderação entre a integridade física e o bem estar social como um todo. Sendo incontroverso a necessidade de vacinação em prol da coletividade, desde respeitados os protocolos, a ciência e amplamente divulgadas as informações e efeitos colaterais da vacinação ficando a cargo da União e demais entes federados legislar sobre dentro de suas respectivas competências.
Curso: DIREITO
Palavras-Chave: vacinação obrigatória.; constitucionalidade. ; direitos fundamentais.
Demais autores: ; MANZAN, ROBERTA TERRA; COSTA, BIANCA EDUARDA RIBEIRO; OLIVEIRA, FABRÍCIA CRISTINE AMARAL
Orientadores: FALEIROS, THÁISA HABER
Instituição: UNIVERSIDADE DE UBERABA
Subtema: CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
Palavras-chave: vacinação obrigatória.; constitucionalidade. ; direitos fundamentais.